

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL: impactos e resistências do MST no contexto da territorialização da Louis Dreyfus Company em Rio Brillante

EXTRANJERIZACIÓN DE TIERRAS EN MATO GROSSO DO SUL: impactos y resistencias del MST en el contexto de la territorialización de Louis Dreyfus Company en Rio Brillante

Lara Dalperio Buscioli

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, SP, Brasil
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e Rede DATALUTA
lara.dalperio@gmail.com

Resumo

O estado do Mato Grosso do Sul se coloca no ranking brasileiro da estrangeirização de terras em terceiro lugar, expressividade que está baseada no seu processo de formação e nas políticas governamentais que deram subsídios para a territorialização de empresas de capital internacional. Compreendemos este processo como o de apropriação de terras para vários fins, acirrando os conflitos entre diferentes sujeitos. Neste trabalho, debatemos os impactos da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Company (LDC) em Rio Brillante e as resistências por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos assentamentos PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas. Assim, os impactos causados estão vinculados à perda da produção de alimentos e contaminação ambiental devido à pulverização do agrotóxico utilizado na cana-de-açúcar, bem como da saúde com problemas respiratórios, gastrointestinais e de envenenamento/intoxicação. Com os impactos sofridos, o MST resiste por meio de ações de enfrentamento direto com as manifestações e reuniões com o objetivo de impedir a entrada da LDC nos assentamentos e o tráfego de seus caminhões, com as resistências produtivas por meio do trabalho e da comercialização dos produtos.

Palavras-chave: Estrangeirização de Terras. Louis Dreyfus Company. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Resistências. Impactos Socioterritoriais.

Resumen

El estado de Mato Grosso do Sul ocupa el tercer lugar en el ranking brasileño de extranjeros de tierras, una expresión que se basa en su proceso de formación y en las políticas gubernamentales que han proporcionado subsidios para la territorialización de las empresas con capital internacional. Entendemos este proceso como la apropiación de la tierra para diversos fines, intensificando los conflictos entre diferentes sujetos. En este documento, discutimos los impactos de la territorialización del grupo francés Louis Dreyfus Company (LDC) en Rio Brillante y la resistencia del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) en los asentamientos de PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues y PA São Judas. Por lo tanto, los impactos causados están relacionados con la pérdida de producción de alimentos y la contaminación ambiental debido a la pulverización del pesticida utilizado en la caña de azúcar, así como a la salud

con problemas respiratorios, gastrointestinales y de envenenamiento/intoxicación. Con los impactos sufridos, el MST se resiste a través de acciones de confrontación directa con las manifestaciones y reuniones con el objetivo de evitar que la LDC ingresen a los asentamientos y al tráfico de sus camiones, con las resistencias productivas a través del trabajo y la comercialización de productos.

Palabras clave: Extranjerización de la tierra. Louis Dreyfus Company. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Resistencias Impactos socioterritoriales.

Introdução

O processo de estrangeirização de terras deve ser debatido no contexto histórico, compreendendo as diferentes visões sobre a temática, sendo entendida como a aquisição de terras por estrangeiros a partir do processo de territorialização da agricultura capitalista por meio de arrendamento, concessão, compra, financeirização entre outros. Elementos conjunturais que são subsidiados pelo Estado, contendo características legais e ilegais para sua execução.

Existem alguns fatores que contribuem para a estrangeirização de terras tais como: a) A insegurança alimentar, pois os países que importam mais do que exportam os alimentos necessitam garantir sua “segurança alimentar”; b) As terras agrícolas disponíveis que podem ter grande lucratividade na produção ou apenas como reserva de valor; c) A abertura/incentivo dos países para promover esse processo, que são realizadas por meio de leis, incentivos fiscais e projetos de cooperação; d) As produções de matérias primas a nível industrial-agrícola; e por fim, e) A demanda do mercado de carbono com a presença das multinacionais que compram grandes extensões de florestas para reverterem em créditos de carbono etc.;

Este processo foi intensificado com a crise alimentar/capital/financeira de 2007/2008 gerando e ampliando os conflitos territoriais em várias porções do globo, estando estritamente ligado também ao processo de grilagem de terras. Em que, o discurso predominante nesta questão é o de desenvolvimento sustentável com o intuito de acabar com os problemas mundiais relacionados à alimentação (fome e insegurança) garantindo recursos para as populações futuras.

Com este discurso de crise alimentar/fome no mundo, tem-se uma justificativa para a territorialização de diversas empresas/grupos estrangeiros nos países, bem como a produção de monoculturas como a cana-de-açúcar e soja. Para Mészáros (2011) a crise

estrutural do capital de convergência histórica (década de 1970) está remetida na crise dos anos 2000, sendo aprofundada com a inserção do financeiro nos domínios de todos os âmbitos de nossas vidas como econômico, cultural e social.

Lizárraga e Vacafleres (2008) apontam que o discurso do agronegócio e seu projeto dominante como modernizador da agricultura mundial, tem se colocado como única alternativa para a luta contra a pobreza no mundo gerando desenvolvimento para diversos setores populacionais através de: “formas organizativas especializadas en la producción de rubos rentables en el mercado, con su paquete tecnológico adjunto de la cadena productiva, y abandonando las peligrosas organizaciones sindicales que constantemente cuestionan el orden de dominación” (p. 246). Mas, este discurso é facilmente contestado ao observamos os projetos de desenvolvimento que tem gerado a exclusão e seleção de territórios em contrapontos a outros, o mesmo para os produtores (LIZÁRRAGA; VACAFLORES, 2008).

Essas exclusões e seleções de territórios têm como protagonistas as empresas/grupos transnacionais e o Estado. Assim, a relação entre estes dois sujeitos encontra-se na função de reprodução do capital estabelecida pelo Estado, ou seja, ele se constitui como a materialidade do sistema do capital, pois na crise ele o apoia com suporte econômico, diante disso o capitalismo concebe como forma de realização do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Sassen (2013) também aponta essa complexidade na estrangeirização de terras, onde os Estados criam vários instrumentos de governança para regular as aquisições dessas terras, com novos instrumentos. A exemplo, temos os casos do Brasil e especificamente do estado do Mato Grosso do Sul da qual este artigo pretende analisar e aprofundar a narrativa.

No Brasil, a estrangeirização de terras não é um fenômeno novo em sua história. Começa com a colonização e tem na Guerra do Contestado um marco da luta camponesa, que vem se intensificando, acarretando na desterritorialização de vários povos, como os indígenas e camponeses. Ou seja, a estrangeirização faz parte de seu processo de formação territorial do país em consonância com os conflitos.

É importante destacar que o processo de estrangeirização de terras brasileiras decorre a partir dos marcos legais e ilegais. Sobre este segundo ponto Alves (2017), aponta que é comum encontrarmos estratégias para não identificação dos reais controladores das terras, tais como titulações em nomes de terceiros – ‘laranjas’,

sociedades fantasmas, “barreiras burocráticas dos órgãos que administram os cadastros e registros públicos da propriedade, entre outros fatores” (p. [1]).

Estas ações tentam “burlar” as leis que estabelecem as questões relativas à aquisição de terras por estrangeiros. Castro, Hershaw e Sauer (2017) apontam que a lei nº 5.709/71 demarcou os limites territoriais não podendo exceder 50 módulos fiscais das quais podem variar de acordo com os limites dos municípios, podendo acometer até 25% do seu território, sendo possível o presidente da República mediante Conselho de Segurança Nacional aumentar tal porcentagem, conforme revisão via parecer LA 01 da Advocacia Geral da União de 2010. Cabe ressaltar que atualmente a Lei n. 13.986/2020, conhecida como “Lei do Agro”, deixa claro que o processo de aquisição de terras por estrangeiro não terá nenhuma limitação territorial, tornando mais complexa tal questão.

Estes fatos estão diretamente relacionados ao estudo do Land Matrix (2020), em que apontou que o Brasil é um dos países dentro da América Latina que obtém um grande interesse de investidores estrangeiros em seus territórios, estando em quarto lugar no ranking de países com aquisições de terras pelos estrangeiros, com mais de 90% de suas transações ativas no país, ou seja, em pleno funcionamento.

Assim, este avanço das empresas/grupos estrangeiros no país ocorrem por compra, arrendamento, fusões, joint-ventures etc., para a produção agrícolas como soja, eucalipto, cana-de-açúcar, bem como para as energias alternativas (eólica, solar, hidrelétrica e termoelétrica), com capitais oriundos de vários países tais como: Bélgica, Irlanda, Argélia, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Paraguai, Indonésia, Chile, Nigéria, Portugal, Índia, Itália, Argentina, Israel, Espanha, Suíça, Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, Países Baixos, Suécia, Ilhas Guernsey, Reino Unido, Japão, Noruega, China, Canadá, Finlândia, França e Singapura (DATALUTA, 2020).

Segundo a High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (2011), o aumento dos processos de aquisições de terra tornou-se a necessidade da reforma agrária mais latente, principalmente nos países que possuem um alto grau dificuldade no acesso, controle e propriedade da terra. Visto que, os desapropriados/desterritorializados não sabem ao certo seus direitos diante dessa situação, principalmente por não possuírem o título de posse. Assim, a estrangeirização de terras tem levado uma maior resistência, onde áreas que anteriormente seriam para reforma agrária agora são alvos para os grandes projetos estrangeiros: “Additional dispossession and displacement caused by large-scale land

investments will worsen already problematic land distribution conditions in many countries, and are likely to provoke further conflict and violence” (p. 17-18).

Como é o caso do estado do Mato Grosso do Sul, em que os conflitos fundiários estão relacionados na origem da propriedade privada da terra no Brasil e posteriormente na intensificação da concentração fundiária que só tenderam a problematizar ainda mais essa situação no elo com a estrangeirização. Num contexto histórico e atual estão vinculados principalmente com as ações de retomadas indígenas e ações camponesas nos distintos territórios seja no meio rural ou urbano.

Com o avanço do capitalismo, ocorreram grandes modificações a nível material e imaterial, principalmente com a inserção do capital estrangeiro. Parte dos sujeitos encontrados modificam seus modos de vida para a incorporação de relações capitalistas ou mesmo para o enfrentamento direto a esse modelo de desenvolvimento que por mais que seja considerado hegemônico não é único.

Neste contexto, o estado do Mato Grosso do Sul possui 28 grupos/empresas estrangeiras atuando, estando em terceiro lugar no ranking brasileiro de aquisições de terras, juntamente com Mato Grosso, o estado da Bahia fica em segundo lugar com 38 empresas, já Minas Gerais e São Paulo com 44 empresas respectivamente, configurando a nível territorial os estados que mais concentram empresas deste tipo (DATALUTA, 2020), justificando a importância de se analisar tal processo aliado aos conflitos e as formas de resistências.

Neste sentido, o presente artigo¹ tem como objetivo abordar os impactos e as resistências do processo de estrangeirização de terras do grupo francês Louis Dreyfus Company no município de Rio Brilhante nos territórios camponeses de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Projeto de Assentamento Federal (PA) Silvio Rodrigues, PA Margarida Alves e PA São Judas.

Em relação aos procedimentos metodológicos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa realizamos: 1) a produção de informação qualitativa com pesquisa bibliográfica e entrevistas; e 2) a produção de informação quantitativa via

¹ Este trabalho faz parte da dissertação intitulada “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu”, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo 2014/03633-7).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) das quais apresentaremos nas páginas que se seguem.

Em relação a primeira parte, realizamos pesquisas bibliográficas sobre os principais temas da pesquisa tais como: estrangeirização de terras, conflitos fundiários, campesinato, agronegócio, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, resistências camponesas, manifestações entre outros. Nossa pesquisa foi baseada em produções de caráter científico contidos nos mais variados materiais, como livros, dissertações, teses, artigos científicos e sites oficiais de órgãos.

Em relação às *entrevistas*, partimos do entendimento dos autores Colognese e Melo (1998), ao abordarem esta metodologia como uma interação social, partindo de um processo entre o entrevistado e o entrevistador (pesquisador) com a intenção de conseguir as informações pertinentes a sua pesquisa, com uma conversa interessada e orientada pelo último sujeito a partir de sua classificação em: estruturada, não-estruturada e semi-estruturada.

Para conseguirmos de forma satisfatória suprir os objetivos do trabalho, realizamos as entrevistas de caráter formal e semi-estruturadas, ou seja, por mais que em sua execução utilizaremos um roteiro de entrevistas, temos a possibilidade e liberdade para adicionarmos perguntas que julgarmos pertinentes diante do depoimento do entrevistado (COLOGNESE; MELO, 1998), podendo interferir nessa atividade de maneira clara e objetiva, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, buscando novos elementos e valores com os sujeitos da pesquisa camponeses, representantes governamentais etc.

Nas entrevistas utilizamos como forma de análise de dados a identificação de códigos, baseando-se em Gibbs (2009), que: “Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva” (p. 60). Viabilizando assim, as análises comparativas dos depoimentos categorizando e indexando o texto para estabelecer estruturas de ideias em temáticas, conforme evidenciado nas ilustrações via organograma e desenvolvimento analítico do trabalho.

Cabe destacar que devido ao caráter conflituoso do território analisado na pesquisa, julgamos pertinente para publicação e análise do artigo, não identificarmos os depoentes/entrevistados, assim, utilizamos nomes fictícios criados pela autora, para

evitarmos alguma forma de repressão/violência contra tais sujeitos que se dispuseram a contribuir para a pesquisa.

Em relação a produção de informação qualitativa utilizamos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para dados relativos as principais culturas (cana-de-açúcar, milho e soja) e pecuária (cabeças de bovinos) do município de Rio Brilhante expressados nas análises e gráficos contidos no trabalho. E o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) para os dados dos conflitos fundiários e estrangeirização de terras que foram armazenados em planilhas do programa *Microsoft Excel*, tabulados e gerado o gráfico e o mapa no *Philcarto* com a arte final o *CorelDraw* que compuseram o trabalho.

Em relação a sistematização dos dados de estrangeirização de terras, cabe ressaltar que há uma série de dificuldades na obtenção, registro e análise dos dados devido a conjuntura de fontes/bancos que eles são registrados por diferentes fontes, desde a banco de dados alternativos à oficiais governamentais (OYA, 2013; PEREIRA, 2019). Desta forma, compreendemos que os dados registrados, não é a realidade em si deste processo, mas uma representação quantitativa dele, na compreensão que os dados de controle territorial são bem maiores do que os dados conseguem captar.

Oya (2013) aponta as dificuldades em se trabalhar e em se estabelecer um banco de dados que compõem a totalidade da realidade no sentido quantitativo dos dados de estrangeirização de terras a nível global, devido as dinâmicas estruturantes de tais processos, nas fontes serem ou não fidedignas no registro dos dados, nas perspectivas metodológicas-científicas nos registros/análises destas fontes, que geram análises distintas das realidades.

A exemplo, podemos citar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) que pertence ao Brasil, compondo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que gerencia os dados de estrangeirização de terras, das quais são autodeclarados pelos proprietários não ocorrendo uma fiscalização efetiva, há uma limitação teórico-metodológica do significado de estrangeirização considerando apenas a compra direta entre outros (PEREIRA, 2019).

Neste sentido, os dados de estrangeirização de terras via DATALUTA, foram criados para avançar nas perspectivas teórico-metodológicas dentro desta problemática ao considerar a multidimensionalidade deste processo no contexto brasileiro, sem desconsiderar as dificuldades de fontes de tais dados. Assim, o banco registra a origem

do capital, uso das terras, empresas, *commodities*, compra/arrendamento/direito de uso das terras por estrangeiros, com fontes de jornais, revistas, trabalhos acadêmicos, relatórios das empresas entre outros (DATALUTA, 2020).

Diante de tais apontamentos, na primeira parte do artigo “A atualidade da territorialização de empresas de capital internacional em Mato Grosso do Sul: prefácios dos conflitos agrários” apresentaremos alguns apontamentos sobre o processo de estrangeirização de terras em MS e as empresas que estão territorializadas evidenciando uma forte concentração de terras nestas localidades e suas formas de uso no território; A segunda parte corresponde a “A estrangeirização de terras em Rio Brillhante (MS) por meio da territorialização da Louis Dreyfus Company: elementos para compreendermos as lutas camponesas” buscando analisar como ocorreu a entrada empresa e quais as modificações territoriais criadas por este processo que impactam diretamente nas vidas dos camponeses da região; A terceira parte “Os impactos e as resistências camponesas frente a cana-de-açúcar pertencente a LDC: o MST como defensor dos territórios” apresentaremos os impactos da LDC como o envenenamento, a perda da biodiversidade e da produção, na educação e nos tráfegos de pessoas/automóveis, bem como as formas de resistências como reuniões, manifestações e ações produtivas e circulatórias de mercadorias.

Por fim, apresentaremos as considerações finais elaboradas a partir do desenvolvimento da pesquisa, seguidas de nossas bases bibliográficas que permitiram aplicação das metodologias a campo e análise teórico-conceitual da temática e dos objetivos que o artigo se propôs a elucidar.

A atualidade da territorialização de empresas de capital internacional em Mato Grosso do Sul: prefácios dos conflitos agrários

Desde o início do processo de ocupação do Mato Grosso do Sul, ocorreram conflitos e resistências pelo território e a questão central para compreendemos estes conflitos agrários é a presença da grande propriedade rural destinada à exploração da erva-mate assim como a produção de gado (AVELINO JÚNIOR, 2008).

O agronegócio no MS, em seu contexto histórico, vem desde a ocupação/território do ainda uno Mato Grosso e posteriormente com o processo de constituição do estado já na década de 1970, trazendo elementos como a concentração fundiária, conflitos territoriais e a inserção do capital estrangeiro no ramo da produção agrícola.

Posteriormente, podemos acrescentar a territorialização das produções de soja/milho e cana-de-açúcar, com a utilização do trabalho dos camponeses e indígenas neste processo gerando conflitos e contradições na luta contra o capital.

Segundo Teixeira (1989), entre 1970 e 1980 o estado incrementou suas áreas de lavouras temporárias da soja (no verão) e do milho (no inverno), pois o mercado global dessas *commodities* estava em ascensão e o MS tinha expressividade nessa produção, tendo em 1970 sua área cultivada 100% dos grãos da soja. Neste contexto, instalam-se os grupos estrangeiros da Cargill e Bunge e empresas do ramo da cana-de-açúcar, atendendo políticas de expansão das agroindústrias com desdobramento de um processo de internacionalização do território (BACKES, 2009).

Assim, a modernização da agricultura no referido estado está aliada ao mercado global, que contribuiu para suas mudanças agrárias e que ainda vem impactando com a intensificação da produção de *commodities*. Marcada historicamente com a Revolução Verde que ocorreu no país, permitindo a entrada e ampliação dos negócios de empresas e grupos transnacionais, tais como: “Ciba-Geiger, New-Holland, Dupont, Anderson Clayton, Continental Grain, Bunq & Born (SANBRA), Cargill, Louis Dreyfus etc.” (TEIXEIRA, 1983, p. 68). Ocorrendo assim, a monopolização da produção de grãos em detrimento da produção de alimentos, uma maior concentração da terra por meio da venda das pequenas propriedades para os grandes produtores, bem como o aumento de seu preço.

Além disso, outro fator determinante para a inserção de empresas estrangeiras para a produção de soja no MS, foi o Programa Desenvolvimento dos Cerrados por Cooperação Japão-Brasil (PRODECER) na década de 1980, territorializado em toda a região Centro-Oeste, que causou conflitos pelo seu modelo de desenvolvimento desde a sua implementação e até nos dias atuais com a sua produção².

Como consequência desse processo, a soja se expandiu rapidamente onde também dominava a produção de arroz e feijão. Em que, os impactos ocorridos pela sua mecanização referem-se também as questões territoriais, pois a cultura passou a ocupar

² Por meio deste programa, atualmente a produção de soja no Centro-Oeste corresponde a 98% do total de produção e sua contribuição no valor bruto da produção nacional do agronegócio é de 14%. Como consequência observamos que os camponeses perdem cada vez mais seu poder de participação, os assentamentos são representativos no que se refere ao número de estabelecimentos, mas sua contribuição regional é baixa indicando sua expropriação (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

áreas por meio de arrendamentos antes utilizadas para a produção de subsistência, desalojando milhares de famílias que passaram a ser boias-frias (SILVA, 2004).

Neste contexto, e em consonância com a crise do petróleo dos anos de 1970, entra em cena a produção de cana-de-açúcar no referido estado, iniciado a partir da década de 1980, com consolidação/territorialização por meio do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), objetivando atrair a produção de álcool como alternativa ao petróleo, assim expandindo a produção da cana em diversos territórios.

Segundo Backes (2009), os municípios que receberam as usinas de cana em MS e os de entorno deles, tiveram vários reflexos no cotidiano do lugar estimulando partes econômicas e de serviços. Uma das estratégias dos grupos estrangeiros no estado foi adquirir áreas, no caso unidades de produção de cana-de-açúcar, que eram de capital brasileiro e que estivessem com algumas dívidas. Desta forma, o capital estrangeiro foi se territorializando e impactando também os territórios camponeses e indígenas.

Este tipo de estratégia de aquisição, por fusões ou mesmo arrendamentos de terras, *joint-ventures*, compra ou concessão de uso são configurados como processo de estrangeirização de terras, em sua forma mais latente como um panorama geral de apropriação de terras por empresas estrangeiras em outros países, ou seja, territorialização/territorialidades do capital internacional para vários fins, sendo histórico e intensificado a partir da crise do capital/alimentar de 2007/2008 acirrando os conflitos fundiários por terra e água (BUSCIOLI, 2016; FERNANDES, 2011; PEREIRA, 2017), como já apontamos.

O estudioso da América Latina Luis Llambita parte destes princípios ao afirmar que: “En mi punto de vista no es un fenómeno totalmente nuevo, hay aspectos nuevos que están vinculados à la crisis mundial de *commodities* de los precios de los productos, por ejempló, petróleo, gasolina etc. (...)” (Em entrevista, 2015).

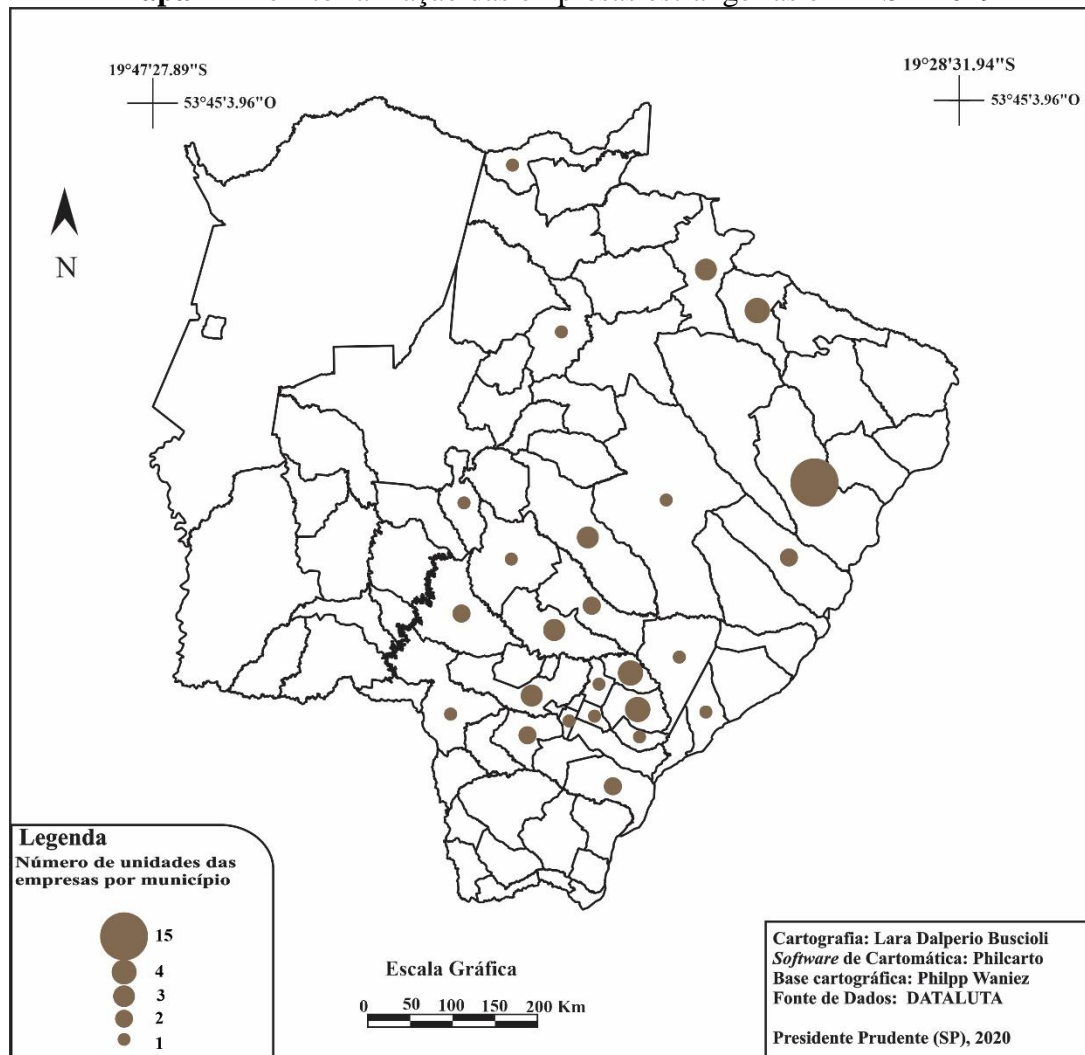
Segundo High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (2011, p. 16): “Since the financial crisis of 2007-08, caused in large part by speculation in a range of financial instruments, there has been concern that international investment in land has become just another strand in the portfolios of financial institutions”. Ou seja, houve um movimento de mudanças de culturas aumentando o custo da produção, provocando a retirada de algumas *commodities* para a produção de outras, reflexos da mercantilização da terra (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR, 2013).

Nesta conjuntura Estado e capital caminham juntos para a promoção deste processo, como observado no histórico do Mato Grosso do Sul, em que para a inserção de empresas estrangeiras para a produção, principalmente, de soja e cana-de-açúcar ocorreram a criação de políticas nacionais para financiamentos com forte participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, incentivos fiscais para suas territorializações, evidenciando o que Llambi apontou em entrevista: “... evidentemente que hay ese tal fenómeno que se llegan este intereses internacionales, acaparar tierras, pero lo interese no solamente internacionales, también nacionales, empresas nacionales, y del Estado” (Em entrevista, 2015), elementos que veremos nas páginas que se seguem.

Em número totais de empresas estrangeiras, o MS passa a ocupar a terceira posição a nível brasileiro com 28 (mapa 1), sendo representadas pelas gigantes: Adecoagro Brasil Participações S. A.; ADM do Brasil Ltda.; Agrex do Brasil S.A.; Biosev Bionergia S.A.; Biourja do Brasil Agroindustria Ltda.; Bunge Alimentos S.A.; Cargill Agrícola S.A.; Central Energética Vicentina Ltda.; Ceron - Companhia de Energia Renovável S.A.; Cia Agrícola Estância Sonora; COFCO Agri; Eldorado Brasil Celulose S.A.; Fibria Celulose S.A./Suzano; Grupo Poet; Grupo Rangel; Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.; International Paper do Brasil Ltda.; MSU Brasil Agropecuária Ltda.; Atvos; Pantanal Energética Ltda.; Parkia Participações S.A.; Raízen Combustíveis S.A.; Safi Brasil Energia S.A.; São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.; SLC Agrícola S.A.; SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas; Teachers Insurance and Annuity Association (TIAA) e a The Lancashire General Investment Company Limited (DATALUTA, 2020).

O Mapa 1 aborda a territorialização destas empresas em Mato Grosso do Sul até o ano de 2019, que em todo o território nacional representam um conjunto de ações diretas na exploração direta dos recursos naturais dos solos das mais diversas formas, tais como algodão, cacau, grãos, café, cana-de-açúcar, frutas, monocultivo de árvores, bem como energias alternativas representadas como eólicas/solar/termoelétrica/hidrelétrica e para especulação a partir do mercado de terras.

Mapa 1 – Territorialização das empresas estrangeiras em MS – 2019



Os capitais que envolvem estas empresas territorializadas em Mato Grosso do Sul estão situados em vários locais do globo como Europa, América do Norte, América do Sul e Ásia representando os capitais dos países da: Argentina, Reino Unido, EUA, França, Itália, Japão, Países Baixos, Suécia, Canadá, China, Alemanha, Portugal e Brasil.

Através do mapa 1 podemos observar que a territorialização dessas empresas ocorrem em todo o estado, mas com foco no Centro-Sul, evidenciando que a concentração de terras é um elemento marcante, sendo realizada por poucos grupos ou mesmo pela concentração da atividade bovina para corte, que vem sendo transformada/substituída pelas produções de outra *commodities*, principalmente da cana-de-açúcar nesta região que também concentra as ocupações de terras.

O município que tem a maior concentração do número de empresas estrangeiras é Três Lagoas com 15 registros, seguidos dos municípios de Angélica, Chapadão do Sul e Ivinhema com quatro todos com predominância do capital vinculado aos EUA, bem como Campo Grande, Costa Rica, Dourados e Rio Brillhante com três empresas com forte presença capital dos Estados Unidos das Américas, do Japão e especificamente do Francês com a LDC (mapa 1).

Evidentemente, a produção agrícola do estado do Mato Grosso do Sul está baseada na produção de soja/milho/cana-de-açúcar em grande extensão territorial, mas destacamos o município de três lagoas com a produção de soja da Cargill e expressivamente de eucalipto com as empresas Fibria Celulose e Internacional Paper.

Em MS, as empresas que produzem exclusivamente cana de açúcar são: Biosev Bionergia S.A. (França); Central Energética Vicentina Ltda. (Brasil e EUA); Ceron - Companhia de Energia Renovável S.A. (Alemanha e Brasil); Cia Agrícola Estância Sonora (Itália); COFCO Agri (China); Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A. (EUA); Atvos (Brasil, EUA, Japão e Reino Unido); Raízen Combustíveis S.A. (Brasil, EUA e Países Baixos); Safi Brasil Energia S.A. (Itália) e São Fernando Açúcar e Álcool Ltda. (Empresa brasileira com presença de capital internacional).

A SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas (Japão) produz exclusivamente café no estado, bem como a Agrex do Brasil S.A. (Argentina e Japão); Biourja do Brasil Agroindustria Ltda. (EUA); Grupo Poet (EUA); Grupo Rangel (Portugal) e MSU Brasil Agropecuária Ltda. (Argentina) que se territorializam por meio de grãos em rotação tais como milho, soja, canola, colza e sorgo.

Na produção de monocultivo de árvores, especialmente o eucalipto temos as empresas estrangeiras atuantes em MS: Eldorado Brasil Celulose S.A. (Países Baixos); Fibria Celulose S.A./Suzano (Empresa brasileira com presença de capital internacional); International Paper do Brasil Ltda. (EUA).

Nas questões que envolvem as energias alternativas tais como eólica, solar, hidrelétrica e termoelétrica temos a Pantanal Energética Ltda. (Canadá) que tem como atividade em Mato Grosso do Sul geração de energia elétrica por meio hídrico. Em relação ao território para a análise do mercado de terras como atuação, temos as empresas Parkia Participações S.A. (Empresa brasileira com presença de capital internacional) e The Lancashire General Investment Company Limited (Reino Unido).

A concentração de terras e de empresas estrangeiras evidenciada no mapa 1, coloca os camponeses e indígenas em situação de risco, devido à lógica de reprodução desses sujeitos e do capitalismo que são completamente diferentes. Impede a redistribuição das terras aos camponeses/indígenas, acarretando na desterritorialização destruindo todas as relações: “entonces, destruir la vida en comunidad, se fragmenta la vida en comunidad que ellos tienen y paulatinamente van aniquilando y luego vendiendo la tierra a esas empresas” (Colque em entrevista, 2015).

Ramos Filho (2008) complementa tal análise ao afirmar que na medida em que o capital vai se reproduzindo vai agravando o quadro das desigualdades que o sustenta, assim luta contra o capital tende a crescer. Exemplos e análises desta luta, serão abordados no tópico seguinte, Tais como, as resistências do MST e os impactos da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Company que tem como razão social no Brasil a empresa Biosev Bionergia S.A. no município de Rio Brilhante.

A estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS) por meio da territorialização da Louis Dreyfus Company: elementos para compreendermos as atuais lutas camponesas

A estrangeirização no MS através do setor sucroalcooleiro, está atrelada as ações do Estado no fim da década de 1980 e início de 1990, com a implantação do Proálcool, posteriormente no contexto de crise deste setor, percebe-se um processo de internacionalização dessas unidades, agora já, fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000, principalmente com a compra das usinas nacionais por grupos estrangeiros e/ou pela participação em ações.

O grupo francês Louis Dreyfus Company (LDC) em Mato Grosso do Sul, acompanhou este processo de internacionalização de capital por meio das aquisições das unidades do Grupo Tavares de Melo, obtendo três usinas: uma no município de Maracajú e duas em Rio Brilhante correspondente a unidade Passatempo e Rio Brilhante que serão o foco analítico deste trabalho.

A usina Passa Tempo tem a capacidade de processamento de cana de 3,3 milhões de toneladas, produzindo 66% de etanol (álcool anidro e hidratado) e 49,7% de açúcar (cristal), com capacidade energética de 78 mw. Já a usina Rio Brilhante tem a capacidade produtiva por meio do processamento de cana de 5 milhões de toneladas, produzindo

46,8% de etanol e 66,1% de açúcar - álcool anidro, hidratado e energia -, com capacidade energética de 80 mw (BIOSERV, 2015).

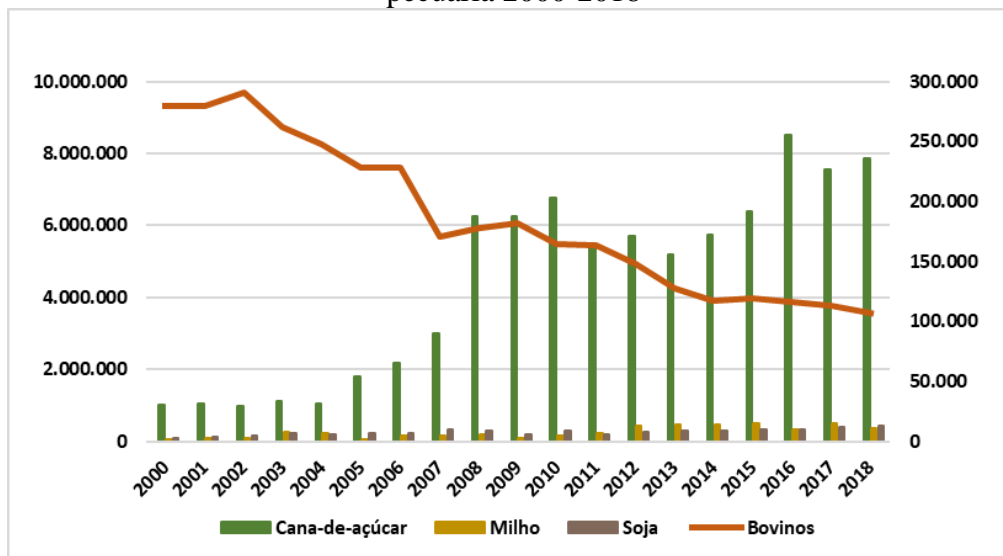
Domingues (2010) aponta que estes fatos aconteceram a partir de 2007, com mudanças estruturais nesta conjuntura que ele identificou por meio de duas fases: a “fase agrícola” onde a colheita era quase 100% manual e passou a ser toda mecanizada e as mudanças para a “fase industrial” quando ocorre uma ampliação da capacidade produtiva e implementação de equipamentos modernos. Evidenciando, um dos principais motivos para a territorialização da LDC no estado, como a baixa concorrência por terras e incentivos fiscais oferecido.

Centenaro (2011) complementa essa análise, ao afirmar que as motivações fundamentais do Grupo francês para produzir no estado, estão relacionadas com a terra - custo e quantidade disponível – tanto para arrendamento como para aquisição, rentabilidade da produção por hectares, bem como a facilidade no escoamento para o mercado interno e externo.

O município de Rio Brilhante sofre forte influência da LDC em sua estrutura, pois aproximadamente 79% (28 mil hectares) das terras arrendadas são para a unidade Passa Tempo e a unidade Rio Brilhante tem 88% (31 mil hectares) das terras arrendadas (DOMINGUES, 2010). Vale ressaltar, que essas áreas de arrendamentos da usina não estão presentes em territórios camponeses configurados como assentamentos devido a luta destes sujeitos, mas estão nas fazendas do agronegócio que faz sobreposição com o território indígena Guarani-Kaiowá Laranjeira Ñanderu. Esta influência no território agrário do município é evidente ao analisarmos os dados da agropecuária e a pecuária.

Ao analisarmos o gráfico 1, observamos a forte influência da produção de cana-de-açúcar decorrentes desde a territorialização da LDC em 2017 seguidos de um aumento expressivo da produção em 2008 e 2009, em contrapartida com a diminuição da cultura da soja. Ou seja, observamos como a quantidade produzida da cana-de-açúcar vem aumentando e se territorializando em áreas onde havia/há pecuária e plantações de soja por meio dos arrendamentos nas áreas de fazendas.

Gráfico 1 - Rio Brilhante (MS): Quantidade produzida das principais culturas e pecuária 2000-2018



Fonte: IBGE, 2020. Org. BUSCIOLI, 2020.

Esta última cultura passa a adentrar os assentamentos rurais no município, conforme depoimento de Celso militante do MST em 2015: “...os arrendatários nos assentamentos, o maior índice de arrendatários deles foram aqueles que tinham capacidade de trabalhar 100, 200, 300 hectares e que eles perderam essas áreas pro donos... Deixaram à pecuária... e migrou para cana e soja”.

Apesar do ano de 2013 corresponder a um dos maiores índices de área plantada de cana-de-açúcar em Rio Brilhante, registrou o menor índice de produtividade desde o início das operações das usinas da LDC (gráfico 1). Produzindo neste ano 5.205.433 toneladas de cana-de-açúcar, sendo justificada esta queda na produtividade pelos fatores climáticos com fortes chuvas e com a qualidade da cana moída, conforme o jornal Rural Centro (2013, p. [1]): “a taxa de ATR [Açúcar Total Recuperável] despencou para 127 kg por tonelada (10 a menos que a média da colheita anterior), gerando um déficit de 3,5 milhões de toneladas, o que representa um prejuízo de R\$ 600 milhões”.

Mesmo assim, segundo a Revista Exame (2014a), LDC faturou em 2013 os valores de 12 bilhões de reais por meio da produção de cana, sendo a quinta empresa do agronegócio a lucrar no território brasileiro. Uns dos maiores picos de produção de cana-de-açúcar no município ocorre em 2010, correspondendo a 6.783.111 toneladas, ano em que a LDC decide ampliar a usina Passa Tempo para produção de energia.

Em 2014 teve uma pequena diminuição nos índices de área plantada de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante e um aumento na produtividade, estes fatos podem estar relacionados à crise interna administrativa do grupo LDC no Brasil e de um descontentamento por parte dos usineiros. Segundo a Revista Exame (2014b), isso ocorreu devido à mudança de postura do governo em apoiar a produção de etanol no Brasil, priorizando os carros flex e o pré-sal, em que as empresas de capital estrangeiro deixam de ser atraídas pela cana devido aos problemas que elas vinham enfrentando.

Segundo a Revista Exame (2014b), a LDC tem dado prioridade em suas ações administrativas para à chamada “disciplina financeira operacional” para voltar a ter os rendimentos e lucros necessários para sanar suas dívidas e reestabelecer o caráter produtivo e financeiro do grupo em MS.

Uma estratégia para obter maiores rendimentos, foi a mecanização total de várias usinas, com o discurso de diminuição dos gastos. Na safra de 2013/2014, ocorreu um aumento na produtividade da cana com os investimentos realizados pela empresa que seguem até o ano de 2016, que segundo a Revista Exame (2013, p. [1]), foi de 1,3 bilhão de reais, na fala do presidente-executivo da Biosev Christophe Akli: “Fizemos mais com o mesmo dinheiro... Isso é importante, a gente investiu, plantou 4 % a mais e mecanizou mais o nosso canavial’ afirmou o presidente-executivo da Biosev”.

O ano de 2016 foi o mais expressivo na produção de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante totalizando 8.503.085 toneladas, seguido de uma queda em 2017 com 7.551.683 e novo aumento em 7.854.965. Assim, diante da compra do grupo LDC das usinas de cana-de-açúcar em Rio Brilhante e o aumento expressivo da produtividade nos anos que se seguem, o município passa a ser reconhecido como capital da cana, como afirmou Domingues (2010).

Em relação à produção de gado, observamos a sua diminuição no município desde 2009 em contrapartida do crescimento da produção de cana-de-açúcar com a vinda da LDC, chegando a apenas 106.530 cabeças em 2018 uma queda de 63,378% em relação a 2002 com 290.891 cabeças. Assim, alguns fazendeiros passaram a arrendar suas terras, antes ocupadas pela pecuária para a cana tendo impactos em outras formas de uso: “a pecuária ao ceder espaço para a cana-de-açúcar procura outras formas de se reproduzir, seja através de novas tecnologias, que são incorporadas ao setor (boi confinado), seja pela ocupação de novas fronteiras como é o caso da Amazônia” (DOMINGUES, 2010, p. 167).

Com a entrada da cana-de-açúcar nos territórios antes produzidos pela soja e pecuária, ocorre um processo de territorialização dessas culturas juntamente com o milho nos assentamentos rurais do município de Rio Brilhante. Pois, ocorre uma forte resistência dos assentamentos, principalmente os originários de luta do MST para o plantio de cana-de-açúcar na região.

Assim, podemos observar por meio do gráfico 1, um aumento na produtividade plantada de milho que ocorre um movimento crescente de 2009 a 2015 na produção contabilizando na somatória deste período 2.335.500 de toneladas do grão. Com uma queda brusca na produção em toneladas no ano de 2016 chegando a registrar 324.000, menor índice desde a ascensão.

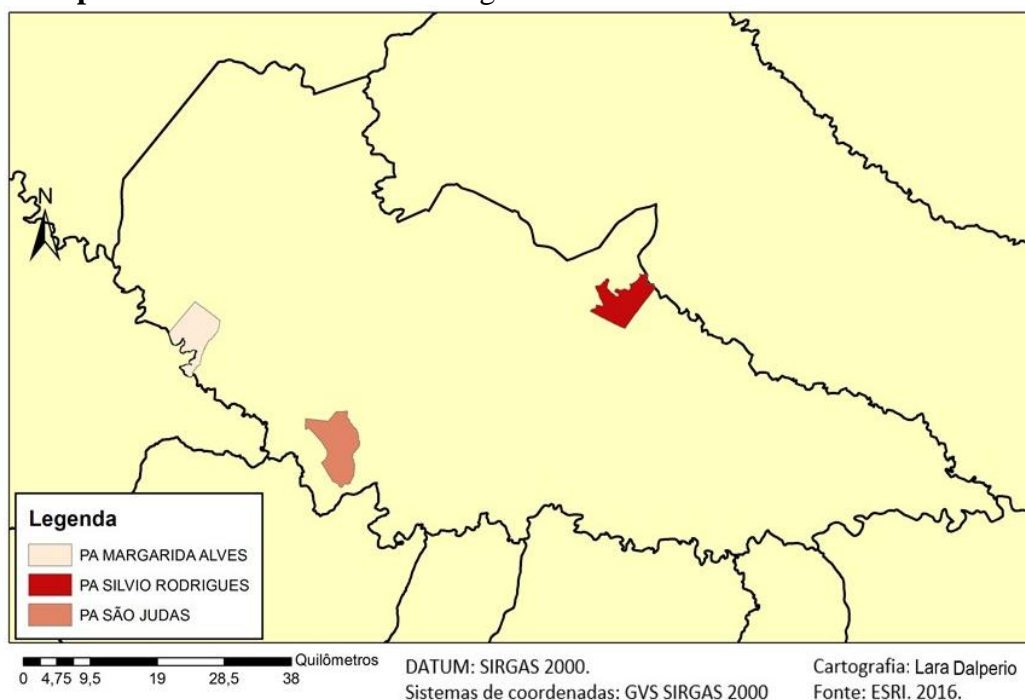
Em relação a soja os anos de 2011 a 2018 só cresceram os índices de grãos produzidos somando 2.578.700 de toneladas no período., valor muito aproximado com a produção de milho em seu período de ascensão, em que parte desta produção estão territorializadas nos assentamentos rurais e um dos fatores apontados pelos entrevistados nos assentamentos é que diferentemente de outras culturas, a cana-de-açúcar somente destrói o solo, sendo que ao iniciar um acordo de arrendamento com a soja eles têm sua terra corrigida (com os materiais/insumos necessários) pelos arrendatários e posteriormente ao contrato que geralmente corresponde a cinco anos, eles os cessam podendo produzir suas culturas e reproduzir suas relações camponesas, em um solo que está em melhores condições do que anteriormente ou o que produziu a cana.

Desta forma, com as compras das duas unidades de processamento de cana-de-açúcar em Rio Brilhante, ocorreram uma série de mudanças como a produção e instalações de algumas creches. Mas, segundo o militante do MST Marcos, o município desde início não tinha suporte para enfrentar as mudanças como a absorção dos trabalhadores, o sobrecargamento do sistema de saúde e com as comunidades camponesas do entorno dos canaviais. Desse modo, entendemos que a inserção desses grupos modifica e impacta os municípios em diversos âmbitos sejam a nível econômico, social e ambiental. Relativo a estes impactos, abordaremos no próximo ítem.

Os impactos e as resistências camponesas frente a cana-de-açúcar pertencente a LDC: o MST como defensor dos territórios

A história do MST em Mato Grosso do Sul remete-se a década de 1980 juntamente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra para dar surgimento e fortificação do Movimento na luta pela terra e reforma agrária no Brasil. Esta luta ocorre como principal elemento definidor do território camponês, que é o assentamento rural e para este artigo abordaremos a trajetória de lutas em Rio Brillhante como resultado material com o PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas (mapa 2) frente a territorialização da Louis Dreyfus Company e seus impactos (organograma 1).

Mapa 2 - Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brillhante



O mais recente assentamento conquistado por meio da luta do MST é o PA Silvio Rodrigues (mapa 2) obtido em 2001 pela desapropriação da Fazenda Engenho Novo, assentando 120 famílias em 3.202 hectares. O território foi marcado pelo assassinato dos dois militantes, Silvio Rodrigues e Ronildo que foram cruelmente espancados e mortos por capangas da fazenda que os emboscaram, pois a proposta inicial de Ronildo era de conhecer uma área com possível ocupação, mas segundo relatos dos entrevistados, ele estava articulado com os fazendeiros que queriam matar Silvio e acabou sendo morto

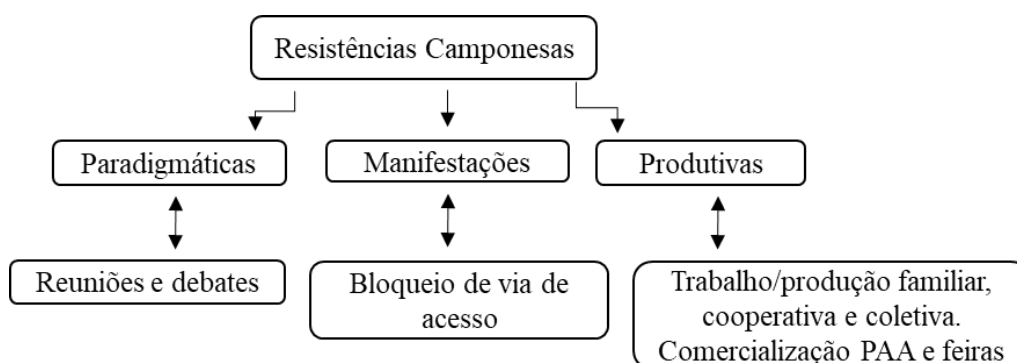
também como “queima-de-arquivo”: “E acabaram assassinando os dois e jogaram no Rio Vacaria, que faz fundos com o assentamento aqui. E aí, essa fazenda aqui, a princípio, não tinha a mínima chance de ser assentamento, porque era uma área produtiva ... (Celso em entrevista, 2015).

O primeiro assentamento conquistado por meio da luta do MST foi o PA São Judas (mapa 2), que contribuiu com desdobramentos para a obtenção do assentamento PA Margarida Alves, ambos por desapropriação de terras, ou seja, por meio da contestação deste território de latifúndio na figura do acampamento. Em 1998 o PA São Judas é obtido, com 187 famílias em 4.155 hectares, sendo que os prenúncios das lutas das famílias vindas do Acampamento 8 de Março no município de Itaquiraí em 1997, da qual teve grande expressividade no cenário estadual e nacional de resistência.

Já o PA Margarida Alves (mapa 2), foi obtido também por meio de luta através da ocupação precedido do acampamento, em que teve várias mudanças locais devido a repressão dos policiais na época com os acampados, mas nos anos 2000 eles obtiveram a conquista do território camponês com o assentamento de 120 famílias numa área de 3.166 hectares de terras.

Cabe destacar que o município tem nove assentamentos com a capacidade de 810 famílias distribuídas numa área total de 17.940 hectares, cercados pela produção de cana-de-açúcar gerando impactos e resistências que estão expressas no organograma 1, desenvolvido a partir das codificações estabelecidas por Gibbs (2009).

Organograma 1: Síntese das formas de resistências do MST em Rio Brilhante



Org. BUSCIOLI, 2020.

A partir do organograma 1, sistematizamos que as resistências do MST frente ao processo de estrangeirização de terras gerado pela LDC em Rio Brilhante, compõem um

conjunto de conflitualidades expressas na relação do modo-de-vida do campesinato contra o agronegócio. Elas estão caracterizadas por realização de reuniões/debates contra a territorialização da produção do grupo envolvendo o debate paradigmático pelo caráter imaterial no conjunto das ideias, pelas manifestações em bloqueio das passagens dos caminhões de produção ou mesmo pelas resistências produtivas com a coletividade na produção e circulação de mercadorias.

Segundo o militante Celso, no período de produção da cana-de-açúcar das unidades da LDC em 2008, eles foram procurados diversas vezes pelo grupo francês para que permitissem a entrada da cana nos assentamentos, sendo que a estratégia paradigmática foi a consolidação de reuniões para a desconstrução das ideias expostas nas reuniões que o grupo fazia dentro dos assentamentos que também tinha a FETAG e CUT como articuladores com o MST : “E aí nós, nesse período, a gente recebeu, foram feitas muitas reuniões nos assentamentos, para tentar implementar o processo de plantio da cana nos assentamentos” (em entrevista, 2015).

O papel do MST no confronto direto com a LDC em Rio Brilhante consolida-se por meio de um processo, em que as disputas paradigmáticas entre os ideais do grupo e do Movimento se confrontavam, reunindo em nas associações, casas de assentados e sede dos assentamentos. Com isso, o caráter paradigmático se estabelece representando as diferentes “as visões de mundo, que contém interesses, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47)

Celso evidencia tal análise afirmando que as reuniões deixavam claro as consequências negativas que a cana traria: “Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização... (Em entrevista, 2015).

O que estava em disputa eram os diferentes modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato que divergem na sua essência: No primeiro modelo temos a produção em grande escala de monoculturas, onde as relações capitalistas de produção são predominantes, em que o camponês surge como uma alternativa de produção de mercadorias. O segundo modelo compõe o trabalho familiar, cooperado e coletivo, com

diversidades de culturas alimentícias e produzidas numa escala bem menor que o primeiro modelo (FERNANDES; WELCH, 2008).

Assim, a disputa paradigmática se estabelece por meio da visão que ambos têm de desenvolvimento para o campo. A LDC entrou nos assentamentos para realizar as primeiras discussões sem aviso prévio, procurando as associações e seus representantes, sem conversar com os militantes que já tinham um conhecimento das questões da cana:

Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles usavam outras pessoas, iam visitar as famílias, criavam grupos de discussão. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda... no sentido de mobilizar, para poder trabalhar... (Celso em entrevista, 2015).

Como estratégia, o grupo francês partiu da identificação dos problemas das famílias assentadas - as mais fragilizadas dentro do lote para tentar ganhar, a partir do seu discurso, o seu apoio para territorializar-se gerando um conflito interno dentro do assentamento. Representantes das usinas - os técnicos de produção, adentravam nos assentamentos com propostas de empregos desvinculados com a terra como operação de máquina e/ou serviços gerais e pela geração de renda por meio do arrendamento, pois o grupo necessitava da terra em extensão nos assentamentos.

Oliveira (1990) aponta que a ideologia do capitalista é mostrar que o trabalhador depende do capital para sobreviver. No caso do campo, a terra é o principal meio de produção e o trabalho assalariado é essencial, pois ele arrenda a terra, é dono de todos os meios de produção (maquinário, ferramentas, insumos etc.) e ainda contrata um trabalhador livre dos meios até da terra, vendendo a sua força de trabalho para sobreviver.

As propostas dos representantes da LDC, pelo arrendamento de lotes seguidos e com proposta de emprego e lucratividade por mês de mil reais. Celso afirmou que para isso acontecer, a produtividade nos lotes deveria ser de 100 toneladas/hectares. Mas, a região com seu tipo de solo só produz em média 60-70 toneladas, ou seja, o endividamento era certo. Segundo o assentado do PA Silvio Rodrigues, André: “Naquela época nós fizemos as contas, não ia dar 4.000 ou 5.000 por essas 10 hectares por ano. O cara ia comer e cada dia ele ia ficar mais pobre por que ele não tinha como trabalhar, ia ficar com uma mixaria de terra” (Em entrevista, 2015).

A estas palavras podemos relacionar com Thomaz Junior (2007), que nos mostra os principais impactos da produção de cana-de-açúcar e a ilusão do camponês inicialmente com essa produção tendo como sequência a quebra da unidade camponesa, degradação da família e endividamento. Segundo o assentado André nas reuniões que ele coordenou inicialmente todos acharam a proposta boa, mas foram vendo que não era a rentabilidade da cana, que seu solo estaria ruim e eles teriam que continuar produzindo a nível da empresa e no final, estariam sem dinheiro para sobreviver.

Depois das ações do MST com suas reuniões mostrando e desmistificando as propostas da LDC para os assentamentos originários de suas lutas, o Movimento foi ganhando força, contra a territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos dos municípios e os originários da luta do MST. Ao tomar ciência da situação, os representantes da LDC mudaram de estratégia, passaram a convencer as lideranças do Movimento nos assentamentos a produzir a cana.

Allan assentado do PA Silvio Rodrigues confirma as várias tentativas da empresa, insistindo com as lideranças, para o convencimento por meio da viabilidade econômica agregando além do valor do arrendamento os salários que os membros das famílias receberiam: “Eu não arrendo para cana porque só vejo falar que acaba [se refere ao solo]. Porque eu iria querer acabar com a terra. Eu peguei a terra para sobrevivermos dela. Não para eu diminuir. Eu quero aumentar” (Entrevista, 2015).

O MST neste processo de resistência, contrapunha todas os argumentos da LDC, desde o econômico ao social, alertando os camponeses: “Qual é a produtividade média de vocês? Ah, nós não temos certeza qual é a produção... Tipo assim, a família quer pará com o contrato ano que vem, não é inviável? Não... Como vocês vão entregar a qualidade do solo no final? ... Qual a garantia de estar empregado? (Celso em entrevista, 2015).

Segundo relato do entrevistado, existiam famílias que eram ludibriadas pela produção de cana-de-açúcar em seus lotes, sendo contrárias as ideias propostas pelo MST de questionamento das informações passadas pelos representantes das usinas. Assim, a disputa paradigmática entre o Movimento e a LDC, ocorre pelas disputas dos territórios materiais e imateriais nos assentamentos.

Fernandes (2008) coloca que o território imaterial – mundo das ideias - é anterior ao território material, este formado pelas relações de poder. Então a dificuldade da LDC em entrar primeiramente nos territórios imateriais das lideranças era marcante, visto que

eles já vinham de um processo histórico de luta e ligação com a terra, percebendo somente os aspectos danosos do agronegócio em suas vidas.

As resistências do MST frente à cana proporcionaram a não territorialização desta produção nos assentamentos, pois como vimos para a sua produção eram necessárias o arrendamento de vários lotes seguidos, no mínimo dez, devido tamanho das máquinas de colheita utilizadas serem grandes para manusear no espaço de um lote, outro ponto importante, foi a exigência da usina de que as famílias saíssem do lote.

No caso da produção de soja/milho, a não existência dessas exigências também contribuíram para uma a territorialização dessas monoculturas frente a cana, dado que embora precariamente, os mesmos podem permanecer em seus territórios. Assim, se o capital sucroalcooleiro adentrasse, todas as relações camponesas seriam quebradas, principalmente a de produção com o trabalho familiar/coletivo e suas permanências dos mesmo em seus territórios.

Segundo Marques (2008), o assentamento tem se constituído um importante lugar onde se dá o processo de (re)construção do território camponês e que a existência do camponês que está assentado não nega a lógica do capital, mas o mesmo encontra formas/alternativas a situação existente. A exemplos destas formas, temos em alguns assentamentos o trabalho familiar, a produção coletiva nos lotes e a venda dos alimentos para o (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (organograma 1).

Para o MST (1993) existem várias formas de cooperação agrícola nos assentamentos rurais como o trabalho coletivo por meio de mutirão com a finalidade de melhorar algumas infraestruturas; associações de compras de máquinas, animais, implementos agrícolas, de mercadoria e venda de produtos; associações que possuem benfeitorias de forma coletiva como armazém, serraria etc.; criação de animais coletivos; grupos de coletivos que plantam em terras em comum etc.

Diante disso, entendemos que a cooperação é um instrumento importante na luta contra o capital e das políticas individuais dos assentamentos. Como exemplos dessas formas de cooperação, podemos citar por meio das nossas idas a campo, no PA Margarida Alves a produção coletiva de arroz, peixes, hortas e o resfriador coletivo para o leite. Os lotes vizinhos de Leandro e José, respectivamente genro e sogro na produção coletiva na piscicultura partindo sua reprodução enquanto camponeses. Bem como, do resfriador que

os camponeses utilizam para a sua produção que é realizada de forma individual, mas coletiva por meio do armazenamento, conforme observamos na figura 1.

Em relação aos tanques de peixes que Leandro e José abriram nos seus lotes (figura 1), só foram possíveis com a utilização de recursos próprios, sendo comercializados e consumidos também pelas famílias: “Os peixes que a gente produz aqui, é vendido mesmo já de porta em porta, porque a gente não produz muito, então o pessoal vem buscar” (Leandro em entrevista, 2016).

Os tanques abertos têm em média um metro e meio de profundidade e eles alimentam os peixes com milho, soja, mandioca, abacate, goiaba etc. porque o preço da ração é alto para poder comprar e alimentar somente com isso. Segundo Leandro, sua produção é organizada no lote de acordo com suas culturas: mandioca, peixe, horta etc. dividindo-os para ajudar no crescimento de outras culturas e pela produção e leite.

Figura 1 – Painel fotográfico dos tanques de peixes e do resfriador coletivo de leite



Fonte: BUSCIOLI, 2016.

Em relação ao leite no assentamento temos o resfriador coletivo (figura 1) localizado na sede da Associação dos Pecuáristas de Rio Brillhante conseguido por meio de luta e entregue pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. O assentado Lucio e sua esposa são responsáveis pelo cuidado do resfriador com manutenções e recebimentos do produto dados pelos camponeses. Conforme fala de Leandro: “um fica cuidando do leite, responsável por ele lá e os outros vão depositando e marca no total, e quando o laticínio vai levando o leite já vai o total certinho ai vem o pagamento” (em entrevista, 2016).

Cabe destacar, que o leite é entregue para ser comercializado para a Indústria e Comércio de Laticínio Anhanduí Ltda. E segundo as falas dos entrevistados, podemos identificar que o leite é uma das fontes de renda para os assentados, mas com a entrega para o laticínio o preço é desvalorizado retirando uma maior renda com a venda nas feiras.

Em relação as feiras, presenciamos a comercialização dos produtos pelos camponeses dos três assentamentos nas feiras de Maracajú e Rio Brilhante, são eles hortaliças, legumes, frango caipira, leite, queijos, bolachas, pimentas, compotas etc. como podemos observar na figura 2.

Figura 2 - Painel fotográfico da produção camponesa nas feiras municipais de Rio Brilhante e Maracajú



Fonte: BUSCIOLI, 2016 – Esquerda feira de Rio Brilhante e à direita de Maracajú.

Santos (2015) aponta que a venda deste excedente nas feiras configura a sua valorização enquanto camponês tanto pelo aspecto econômico como pelo sociocultural. Pois, como observamos ela fortalece a luta pelo mercado camponês e estabelece espaços de socialização política, de trocas de experiências e amizades, estabelecendo uma relação direta com o produtor-consumidor, bem como contribuindo para a renda dos camponeses.

Conforme fala do militante/assentado Celso, os excedentes produzidos pelos camponeses são vendidos principalmente nas feiras, bem como em pequenas vendas/frutarias e mercados, após entrega para o PAA, configurando uma alternativa de renda/mercado, frente as dificuldades estabelecidas para a permanência no campo.

Em relação ao horário de funcionamento das feiras de Macarajú e Rio Brilhante e suas características, tem diferentes sujeitos: a primeira feira funciona aos sábados de madrugada com os consumidores que são trabalhadores que buscam as compras antes do

trabalho, sendo que os produtores são do PA Margarida Alves devido a localidade do assentamento em relação ao município vizinho. Já a segunda, funciona de tarde após as 12:00 horas e vai até domingo no mesmo horário, com compradores do meio urbano e rural, bem como os produtores dos assentamentos PA Silvio Rodrigues e PA São Judas, por estarem mais perto da área urbana do município em relação a Maracajú.

Em relação a feira de Maracajú cabe destacar os companheiros Thais e Claro que estão territorializados no PA Marida Alves. Eles comercializam diversos alimentos como queijos, hortaliças, legumes e frutas, além de vender doces de sua amiga assentada Teresa, sem extrair nenhum lucro evidenciando a questão de reciprocidade entre eles.

Segundo os assentados, a escolha para a venda de seus produtos e de Teresa na feira de Maracajú, ocorre pela facilidade de transporte, localização do seu lote e pela maior abertura municipal em relação aos camponeses assentados na região devido a uma menor burocracia de comercialização em relação a feira do município de Rio Brillhante.

Um caso emblemático em nossas pesquisas a campo, foi o relato de André do PA Silvio Rodrigues na feira de Rio Brillhante da qual apontou que ele faz a comercialização apenas por este mercado, devido a burocracia dos programas governamentais que subalterna seus alimentos/produção e pela dificuldade de se enquadrar nos parâmetros exigidos nas fiscalizações.

Toda a sua produção comercializada, é produzida e consumida em seu lote, contribuindo para a qualidade da alimentação da sua família, tal como abobrinha, quiabo e milho verde ou mesmo a pamonha. Ele nos apresenta a certeza de sua venda e a possibilidade de que com o aumento delas e conseqüentemente de sua renda, também aumentará sua produção.

Outro caso importante de valorização do campesinato é por meio dos assentados do PA São Judas - João e Helena - que vendem apenas o excedente de sua produção nesta feira tal como hortaliças, legumes e frutas: couve verde, alfaces, pimentas e mamão, bem como comercialização de produtos oriundo de seus animais como leite e seu derivado queijo, ovos e a produção de doces – bolachas e bolos – e de pães.

Assim, ficou evidenciado que as feiras, para os camponeses assentados em Rio Brillhante pela luta do MST, se tornaram uma fonte de renda expressiva em seus territórios contribuindo para a sua permanência na terra e qualidade de vida nos seus lotes, assim, buscando sua melhora em todos os aspectos.

Além das feiras, também temos como forma de resistência produtiva a entrega dos produtos para o PAA no município de Rio Brilhante. Este programa tem efeitos diretos e indiretos na vida dos camponeses, pois ocorre a utilização de uma parcela da renda que o programa possibilita para a compra de roupas, remédios e investimentos no lote, a diversificação das culturas produzidas no lote possibilitando uma maior qualidade de vida dos assentados, bem como sua constituição como uma alternativa para o mercado, pela minimização dos atravessadores (MIELITZ, 2014).

Os produtos dos assentados entregues ao PAA em Rio Brilhante, são realizados por meio da AGRIB eles representam um conjunto de resistências estabelecidas no seio da identidade camponesa que é a produção familiar, tais como abacate, aboboras, feijão, laranja, bananas, abobrinha, acerola, agrião, alface, almeirão, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, maracujá, maxixe, melancia, milho, pepino comum, pimentão, quiabo, rabanete e mandioca (CONAB, 2020).

Dos assentamentos estudados, foi identificado a importância expressiva da participação do programa no assentamento PA Margarida Alves para a permanência e construção identitária do campesinato frente as ações da LDC no entorno de seu território, sendo o primeiro a entrar no programa em meados de 2012. Nele 23 camponeses estão inseridos, sendo uma importante fonte de renda complementar com a venda de hortaliças, legumes e raízes, mesmo assim, segundo Leandro não dá para viver apenas do programa: “porque você tem o produto e tem uma garantia de entregar o produto né... o preço não é um preço muito alto, mas é uma garantia de se plantar ainda” (Em entrevista, 2016).

Segundo Camila companheira de José, o PAA: “Pra nós é bom né porque a gente planta. Já sabe o que tá vendido, não tem perigo de voltar pra traz” (Em entrevista, 2015). Nas mesmas palavras, Leonardo nos deu uma entrevista apontando os principais aspectos do PAA no assentamento e na vida do campesinato, como a certeza de venda do produto e de uma maior renda para as famílias permanecerem nos lotes.

O entrevistado produzia hortaliças, legumes, milho verde e mandioca: “Uma comprinha de mercado de R\$1.000,00 nós passa dois meses, passa até mais, mas nós passa dois meses tranquilo. E daí se você tem um contrato desse da CONAB dar R\$8.000,00 então são oito meses garantido, oito meses, dez meses garantido... o sustento, né, o básico (Leonardo em entrevista, 2016).

Embora foi possível observar um conjunto de ações tanto coletivas, quanto individuais no sentido de resistir a territorialização do capital sucroalcooleiro nesses territórios, tais como reunião de enfrentamento, estratégias de produção e comercialização entre outros, as resistências produtivas abordadas até este momento tem forte influência com os impactos negativos causados pela cana-de-açúcar seja pela queima, pulverização de agrotóxicos ou tráfego dos caminhões que impossibilitam a realização plena das práticas produtivas camponesas.

Sendo que nos assentamentos estudados abordam a centralidade das ações de resistências diretas por meio das manifestações. Elas têm caráter políticos e reivindicatórios, partindo de uma coletividade, onde a abrangência de suas ações, ou seja, a visibilidade pública é marcante (COMERFORD, 1999). Geralmente as manifestações são realizadas em locais estratégicos para uma maior visibilidade da sociedade, como em grandes centros de decisões políticas como observamos na história da constituição do assentamento PA São Judas, mas em alguns casos elas são realizadas no local do conflito como no assentamento PA Margarida Alves.

A queima da cana-de-açúcar realizada nas áreas de produção da LDC em Rio Brillhante, principalmente no início de sua produção era um fator negativo para os assentados. Desde o ano de 2010, está proibida a queima da cana em 18 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, conforme deliberação judicial do Ministério Público Federal em Dourados, que julgou inconstitucional uma lei criada que atribuía aos municípios à autorização da queima, que por lei anterior era realizada pelo governo estadual, com protestos de algumas empresas agrícolas que foram afetadas por tal decisão.

Em relação aos prejuízos com a saúde, à queima afeta diretamente o trabalhador que está na área do canavial, pois ela elimina algumas substâncias tóxicas como monóxido e dióxido de carbono, causa o envelhecimento precoce, podem surgir algumas doenças no aparelho respiratório, problemas de visão como conjuntivite e queima dos olhos. Apenas um assentado relatou os problemas da queima no assentamento PA São Judas, Marcos: “A única coisa assim, quando era longe se pega fogo, vinha muita aquela palhinha né, ai você olhava em cima da mesa tinha as palhinhas” (em entrevista, 2015).

Laerte Machado e Habib (2009) apontam que os principais danos ambientais em relação à produção de cana são: destruição do solo, eliminação da fauna/flora/microorganismos e volatilização de elementos nutritivos importantes para a

flora. Ou seja, a produção dessa monocultura causa danos ambientais, das quais alguns são incapazes de se recompor.

Celso apontou os principais problemas ambientais enfrentados nos assentamentos do MST são encontrados com o cultivo de cana-de-açúcar da LDC, sendo o uso de agrotóxicos, proliferação de moscas, problemas com a fauna/flora. Em seu assentamento PA Silvio Rodrigues, ele relata a dificuldade: nós estamos numa ilha, o nosso assentamento é uma ilha como tem em outros assentamentos do uso intensivo do agrotóxico, inclusive com aviões”.

No PA São Judas, as maiores dificuldades com a produção da cana-de-açúcar são com os agrotóxicos que são colocados, interferindo nas lavouras, nas produções dos assentados, que tem muitas vezes percas financeiras devido ao veneno. Conforme relata Maria (em entrevista, 2015): “Então, ai a gente planta a abobora, tem período do ano que não produz. Planta o quiabo em grande escala, não produz. A melancia esse ano, que antes as pessoas plantavam e colhia 10 (dez) caminhões de melancia, não colheu nada”

No assentamento PA Margarida Alves, tiveram um problema com as pragas vindas das lavouras, fazendo que parte da produção dos assentados se perdessem. O assentado Leandro informa que desde a chegada da cana ele não consegue produzir mamão devido aos venenos. Segundo o seu sogro, José: “aqui mamão não sai mamão que preste, todo manchado ... é difícil achar um mamão que preste” (Em entrevista, 2016).

Esta impossibilidade de plantar nos assentamentos, ocorre pela inserção de um inseto dos canaviais da LDC e o aumento da mosca predadora - *Salpingogaster nigra* (Diptera: Syrphidae) – apelidada pelos assentados como “Mosca da Usina” que é usada para combater a broca-de-cana-de-açúcar (*Diatraea saccharalis*) no canavial.

No PA Silvio Rodrigues, Celso relata o abandono por parte dos assentados que produziam leite, por conta da mosca, ocasionando uma queda na produtividade do animal pelo estresse, diminuição da carne e perda de rendimento dos bezerros. André aponta que: “Infelizmente o nosso assentamento [quando] começamos era 90% a bacia leiteira, hoje não nem 20%.” (Em entrevista, 2015).

Além disso, temos a perda dos animais, fatos narrados por Allan que perdeu seis vacas e não teve o direito de ressarcimento, mesmo procurando o sindicato rural do município de Rio Brilhante: “O gado morreu porque nos canaviais estavam passando veneno através do avião, o que ocasionou na morte de seis das minhas vacas ... matou

toda a rama de mandioca” (Allan em entrevista, 2015). Destacamos ainda, que após narrar esse fato, Allan discorre que não teve outra opção, “econômica” que não fosse o arrendamento para a produção de soja.

A perca financeira tem acarretado num sentimento de impotência frente ao avanço do agronegócio, onde ouvimos relatos de que não se produz de forma agroecológica, pois o veneno interfere na produção pela pulverização e pela questão hídrica, como ocorre no PA Silvio Rodrigues e PA Margarida Alves. Segundo Leandro, ele não consegue produzir de forma agroecológica, por isso a sua produção está baseada nos orgânicos: “os produtos orgânicos, a gente consegue produzir, mas não é fácil não ... hoje qualquer coisa que vai produzir produz com veneno” (Em entrevista, 2016).

Segundo a assentada Camila, no fim de 2015 a LDC com membros de São Paulo e Rio de Janeiro, realizaram uma reunião com os representantes dos assentamentos e com a prefeitura de Rio Brilhante para ver quais eram os impactos que suas lavouras causavam nos assentamentos, sendo relatados todos os abordados neste artigo, mas a situação só melhorou devido a luta direta dos assentados por meio das manifestações.

Marcos, assentado do PA São Judas e militante do MST, apontou que os primeiros processos de resistências foram pelos danos causados nas estradas. Necessitando o trancamento duas vezes da estrada que passa pelo assentamento e que trafegam os camponeses e os caminhões da usina, sendo relatado também o problema com visibilidade no tráfego, estado da estrada e barulho da passagem.

Dentre essas manifestações, Marcos participou de uma, que os educandos da escola do assentamento articularam nos anos de 2000 contra essa situação, pois à poeira não dava visibilidade para o motorista dirigir e quando chovia, pela má manutenção da estrada que não permitia o acesso desses estudantes à escola. Posteriormente, a manifestação, eles acordaram com a proposta de cascalhamento que foi realizada.

Maria, narra uma manifestação realizada em 2010, devido os caminhões estavam atrapalhando o desenvolvimento das aulas devido ao barulho. Trancaram a passagem que fica na frente do assentamento, que é uma das principais rotas do caminhão, demorando algumas horas para a sua liberação. Posteriormente, eles conseguiram que a usina molhasse a estrada por onde passa a escola São Judas, sendo que a luta é continua neste território: “Agora a gente continua cobrando, porque eles dão uma relaxada né!?!... Tem

um carro pipa que molha duas até três vezes por dia, na frente da escola, nesse perímetro que eles trafegam dentro do assentamento” (Maria em entrevista, 2015).

Outras manifestações que ocorreram no município de Rio Brilhante contra as usinas do grupo LDC, foi no PA Margarida Alves, com a mobilização dos assentados para as questões que envolvem a estrada, a visibilidade e do tráfego também dos caminhões. Segundo o assentado Lucio, ele estava na casa do militante do MST Vander, que é um dos mais impactados pela passagem devido à forte poeira, quando resolveram realizar a manifestação de forma espontânea, por meio do bloqueio com seu Corcel e com o trator de outro assentado: “Já ligaram e já veio o chefe deles e já fizeram um acordo, da Louis Dreyfus. Ai eles já molharam lá e liberamos pra passar só aquelas... Ficou era umas 10 da manhã até umas 4 da tarde parado” (Lucio em entrevista, 2016).

No caso dos caminhões que abastecem a usina e os que levam os trabalhadores, não foram alvos das manifestações, devido aos limites de se conseguir atingir os objetivos não barrando diretamente eles, mas sim os caminhões que carregavam diretamente a produção do grupo, a cana-de-açúcar. Nesta última manifestação Felipe descontente com a situação pegou seu carro de boi e o trator para impedir que o caminhão passasse. Com apoio de outros assentados, negociaram com os caminhoneiros e com a LDC culminando na não passagem dentro do assentamento.

Desta forma, as manifestações relatadas em entrevistas nos indicam a insatisfação dos assentados em ter as usinas de cana-de-açúcar da LDC compondo o seu território material. Pois, mesmo com a resistência por meio do território imaterial no campo paradigmático, ocorre a influência e o impacto por meio dos tráfegos de caminhões, da pulverização de agrotóxicos entre outros.

Considerações Finais

A territorialização do grupo francês em Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul ocorre devido à compra das antigas usinas e remete aos anos 2000. Por meio dos dados apresentados, evidenciou-se um aumento significativo na produção de cana-de-açúcar no município e isso reflexos a nível estadual. Diante disso, um processo de mudanças de territorialidades evidenciadas nas dinâmicas/demandas globais, em que os

fazendeiros trocaram a produção de soja para cana-de-açúcar e, por sua vez, a soja passa a ser cultivada nos assentamentos.

Os impactos causados por este tipo de produção nestes territórios como o envenenamento por meio do agrotóxico, a perda da biodiversidade e da produção de alimentos, que permeiam modelo de desenvolvimento do agronegócio é parte integrante do processo de estrangeirização. No caso específico deste último, cabe destacar os impasses relacionados à realização da reforma agrária pela inserção de grupos estrangeiros, as desconstruções paradigmáticas na questão ambiental na Escola São Judas, na destruição dos mercados camponeses e de suas produções. Ou seja, os impactos estão contidos nas dimensões territoriais, ambientais, políticas, culturais etc.

No caso dos camponeses, diante da territorialização do grupo francês o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra juntamente com a Federação e Sindicatos, realizaram resistências a territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos por meio de reuniões para contrapor os argumentos do grupo. Essas resistências foram classificadas como paradigmáticas, pois compunham disputas de ideias – conflitualidades, entre a produção de cana-de-açúcar nos territórios camponeses.

As manifestações por meio do bloqueio de via de acesso, contra os caminhões que trafegavam da LDC permitiram aos camponeses uma maior articulação da luta, resultando na proibição da passagem destes caminhões no meio do PA Margarida Alves e PA Silvio Rodrigues, pois o impacto era grande nas estradas e na poeira deixada por eles. Também ocorreu no PA São Judas uma manifestação para o cascalhamento da estrada que corta o assentamento, onde os caminhões da LDC trafegam.

No caso da resistência produtiva encontramos a produção de hortaliças, frutas, legumes, doces entre outros produtos, para a comercialização das feiras dos municípios de Macarájú e de Rio Brillhante como forma de resistência ao trabalho nas unidades de cana-de-açúcar. Também encontramos, a comercialização destes produtos para o PAA que vem contribuindo para a complementação de renda dessas famílias e da qualidade de vida, pois com a inserção no programa alguns alimentos que os camponeses não produziam passam a produzir e consomem.

Essas práticas de reprodução camponesa por meio do trabalho familiar, cooperativo e coletivo, transformam espaços e permitem a continuação no campo frente ao avanço do agronegócio. Nos assentamentos estudados encontramos algumas

plantações coletivas de arroz, piscicultura coletiva nos lotes, produção de leite individual, mas o armazenamento é coletivo contribuindo para os camponeses que em sua totalidade não tem condições de ter um resfriador particular.

Em uma escala maior de análise, a territorialização da cana impossibilita a realização da reforma agrária, conseqüentemente a criação de assentamentos rurais. O discurso do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul frente às ações dos movimentos socioterritoriais, está pautado no avanço/desenvolvimento da economia que geram danos socioambientais/culturais/territoriais, ou seja, pelo seu crescimento no setor de produção de *commodities*, em que as ações destes sujeitos são vistas como um obstáculo para este crescimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vinicius. A estrangeirização das terras no Brasil e no mundo. A Nova Democracia. ANO XV, Nº 185, mar. 2017. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-185/6851-a-estrangeirizacao-das-terras-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

AVELINO JÚNIOR. Francisco José. A geografia dos conflitos pela terra no Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. de. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 113-138.

BACKES, Thaine Regina. O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BIOSERV. 2015. Disponível em: < <http://www.biosev.com>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; HERSHAW, Eva; SAUER, Sérgio. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem?. Estudos Internacionais, v.5 n.2 (2017), p.74 – 102.

CENTENARO, Moisés. Internacionalização de usinas sucroenergéticas - um estudo de caso. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

- COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, 2020.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020.
- DOMINGUES, Alex Torres A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul. 200 f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: CPT, 2011a.
- _____; WELCH, Cliff Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____; WELCH, Clifford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.
- GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Land tenure and international investments in agriculture. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.
- LAND MATRIX. Country profile: Brazil. Disponível em:
<<https://landmatrix.org/resources/country-profile-brazil/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- LIZÁRRAGA, Pilar; VACAFLORES, Carlos. Proyecto de dominación y resistencia campesina - el caso de Tarija, Bolivia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225-248.
- MACHADO, Laerte Antônio; HABIB, Mohamed. Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil. 2009. Disponível em:
<http://www.infobibos.com/Artigos/2009_2/Cana/Index.htm>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- MARGULIS, Matias E.; MCKEON, Nora; BORRAS JR., Saturnino M. Land Grabbing and Global Governance: Critical Perspectives, Globalizations, Vol. 10, No. 1, 2013.
- MARQUES, Inez Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. Revista NERA, ano 11, nº. 12, Janeiro/Junho de 2008.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIELITZ, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. In: Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome (Ed.). PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2014. p. 58–73.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A Cooperação Agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação, nº 20, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1990.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. The Journal of Peasant Studies, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013.

PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia. Revista Nera (UNESP), v. 20, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização da terra no Brasil: notas teóricas e metodológicas. Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Três Lagoas, ano 15, n. 29, p. 70-91, 2019.

RAMOS FILHO. Eraldo da Silva. Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese (Doutorado Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

REVISTA EXAME. Cana deixa de atrair capital estrangeiro. Revista Exame, 15 dez. 2014a. Negócios. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br>>. 23 mai. 2020.

_____. Cade aprova compra da Kowalski pela Louis Dreyfus. Revista Exame, 6 fev. 2014b. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

_____. Louis Dreyfus prevê elevar moagem de cana em 12% em 2013/14. Revista Exame, 12 jun. 2013c. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

RURAL CENTRO. Clima "congela" crescimento da moagem de cana em MS. Rural Centro, 30 set. 2013, Agricultura. Disponível em: <<http://ruralcentro.uol.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

SANTOS, Weudiney Rodrigues dos. A importância da feira central da cidade de Goiás (GO) como espaço de resistência do trabalho camponês. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE. 9 a 12 de outubro, 2015.

SASSEN, Saskia. Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory. *Revista Globalizations*, 10:1, 2013, p. 25-46. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SILVA, Tânia Paula da. As formas organizacionais de produção dos camponeses no município de Batayporã/MS. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. As Mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da grande Dourado. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1989.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos Movimentos Sociais. 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

Recebido em 08/06/2020. Aceito para publicação em 29/09/2020.
--